

O PODER da CRISE

**COMO TRÊS AMEAÇAS
— E NOSSAS RESPOSTAS —
MUDARÃO O MUNDO**

IAN BREMMER
FUNDADOR DA EURASIA GROUP



ALTA BOOKS
E D I T O R A

Rio de Janeiro, 2023

CAPÍTULO 1

DUAS COLISÕES: NÓS CONTRA ELES, EM CASA E NO EXTERIOR

Para sobreviver às próximas crises, devemos evitar a ruína de duas relações: a que temos uns com os outros e a entre os EUA e a China.

Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev compreenderam que nada melhor que o medo de uma ameaça em comum para inspirar cooperação. Mas, por enquanto, os norte-americanos, tanto de esquerda quanto de direita, ainda tratam uns aos outros como o maior obstáculo ao progresso do país, e os governos dos EUA e da China passaram os últimos anos discutindo sobre diferenças consideradas pelos dois lados como irreconciliáveis.

Antes de focarmos as crises que definirão nosso futuro coletivo, precisamos entender as forças mais prováveis de nos impedir de enfrentá-las.

ROTA DE COLISÃO 1: ESTADOS UNIDOS — UM PAÍS DISFUNCIONAL

Os Estados Unidos são uma nação cheia de contradições. Quando a COVID surgiu, os EUA lideraram o mundo em hospitalizações e mortes e, em seguida, estabeleceram recordes de rapidez na produção e distribuição de vacinas salvadoras. Em janeiro de 2021, a bolsa de valores do país subiu às alturas, mesmo com a invasão de uma multidão violenta ao Capitólio dos EUA em busca da alteração do resultado da eleição presidencial. Um mês depois, milhões de texanos sofreram dias sem eletricidade, aquecimento e água potável enquanto a agência espacial do país pousava uma espaçonave em Marte. A capacidade norte-americana para descobertas e inovações é incomparável; porém, a política da nação está devastada. Os Estados Unidos permanecem como o único país capaz de ter poder político, econômico, cultural e militar em todas as partes do mundo. E está em guerra consigo mesmo.

Por esses motivos, o primeiro grande desafio enfrentado pelos líderes e cidadãos da nação mais poderosa do mundo é saber como criar altos níveis de confiança e cooperação para ajudar o povo norte-americano, e os demais países, no enfrentamento dos testes globais críticos à frente.

No momento, os norte-americanos estão tudo, menos unidos. Um relatório do Pew Research Center publicado em outubro de 2019 revelou conclusões sombrias. Cerca de 78% dos entrevistados naquele país alegaram aumento nas divergências entre republicanos e democratas. Apenas 6% afirmaram haver uma diminuição nesse sentido. A maioria (55%) relatou uma “grande diferença” nas crenças dos dois partidos, cerca de um terço a mais do que em meados dos anos 2000. Surpreendentes 73% disseram que eleitores democratas e republicanos não discordam apenas em assuntos políticos, mas também em “fatos básicos” sobre os acontecimentos do país e do mundo. Apenas 17%

dos republicanos declararam que os democratas tinham algumas “boas ideias” e 13% dos democratas disseram o mesmo sobre os republicanos. Isso foi antes das eleições de 2020, da recusa de Donald Trump em admitir a derrota e de uma insurreição violenta no Capitólio dos EUA.

Na atualidade, a maioria dos eleitores democratas se autodenomina “liberal”, o dobro da porcentagem de uma geração atrás. O número de republicanos se declarando “conservadores” aumentou de 58% para 73% no mesmo período. Os autodenominados independentes agora representam quase 40% da população total dos EUA, o dobro da porcentagem na década de 1950, porém esses eleitores não são necessariamente centristas. Em uma pesquisa da Gallup publicada em janeiro de 2021, menos da metade dos participantes se declaram como “moderados”. A maioria dos independentes se identifica mais com um dos partidos.

Há também um componente geográfico no partidarismo norte-americano. Na eleição presidencial de 2020, os eleitores dos municípios mais populosos do país votaram em Joe Biden por uma margem de 29 pontos. Aqueles nos municípios com menor população escolheram Donald Trump com a vantagem de 35 pontos. Esses números foram maiores do que da candidata democrata Hillary Clinton e de Donald Trump na eleição de 2016. Uma pesquisa do YouGov, realizada em fevereiro de 2021, descobriu que 41% dos democratas não veem os republicanos como “opponentes políticos”, mas como “inimigos”, e 57% dos republicanos disseram o mesmo dos democratas, algo ainda mais desanimador para quem acredita em cooperação e comprometimento.

O rancor partidário é ainda mais extremo dentro do governo. Na década de 1980, mais políticos eleitos dos dois partidos podiam ser chamados de centristas e havia mais ideologias compartilhadas entre os congressistas. Hoje, quase não há consenso entre os republicanos mais liberais e os democratas mais conservadores. Além disso, o número de parlamentares que quase nunca votam igual aos membros do outro

partido teve grande crescimento. Agora há mais divisão dentro do Congresso do que em qualquer outra época em mais de um século. Ou seja, menos espaço para acordos entre os parlamentares federais em todos os assuntos.

CONDUZINDO A DISFUNÇÃO

Há outra fonte importante de divisão: o aumento da distribuição de riquezas. A desigualdade de renda nos Estados Unidos atingiu o ponto mais alto desde a Era Dourada. Dentre os 38 membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas o Chile, a Turquia e o México têm uma diferença maior entre ricos e pobres que os Estados Unidos. Nos EUA, a renda média do 1% mais rico da população aumentou 226% de 1979 a 2016, enquanto a renda da classe trabalhadora e média permaneceu estável. O grupo formado pelos 10% norte-americanos mais ricos agora possui mais de 70% da riqueza do país. O 1% mais rico controla uma renda maior que os 50% mais pobres.

Muito já se escreveu sobre isso. A terceirização dos empregos no setor de manufatura e serviços em países de baixa renda reduziu os salários. Apenas cerca de 5% dos norte-americanos ainda desfrutam da vantagem das negociações coletivas oferecidas pelos sindicatos, abaixo dos 20% da década de 1980. O potencial de ganhos concedido por um diploma universitário está aumentando, embora o custo do ensino superior esteja fora do alcance para muitos norte-americanos. Famílias chefiadas por alguém com diploma universitário possuem o dobro da renda das sem diploma. E com máquinas inteligentes substituindo humanos da classe trabalhadora e gerencial no mercado de trabalho a taxas cada vez maiores — mais detalhes sobre esse assunto no Capítulo 4 —, o potencial das remunerações futuras para os menos afortunados está sob grande pressão.

O ESTILO DE CAPITALISMO NORTE-AMERICANO

Por dois séculos, as empresas norte-americanas geraram inovação, riqueza e crescimento econômico extraordinários. Há gerações, os empresários e líderes empreendedores mais bem-sucedidos do mundo têm sido desse país — muitos deles imigrantes e filhos de imigrantes que chegaram aos EUA em busca de oportunidades de negócios inexistentes em outros lugares. Essa tendência impulsionou a indústria norte-americana no século XIX, produzindo um notável acúmulo de poder no pós-guerra do século XX e permitindo o domínio prévio das empresas norte-americanas no setor tecnológico do século XXI.

A cultura capitalista da América reverencia os “espíritos animais” liberados pelas forças do mercado e o empreendedor como o epítome do individualismo autossuficiente. De acordo com um estudo de 2021, 68% dos eleitores de Biden e 61% dos eleitores de Trump, nas eleições de 2020, expressaram confiança em seus empregadores. Apenas 45% dos eleitores de Biden e 28% dos de Trump relataram o mesmo sobre “líderes governamentais”. Os norte-americanos esperam que leis e eleitores imponham limites e contrapesos nos políticos e nas instituições políticas, porém muitos acreditam que o principal controle sobre empresários e empresas privadas deve vir do próprio livre mercado.

Essa veneração do setor privado permite a negligência com os trabalhadores norte-americanos cujos interesses nem sempre estão alinhados com os de seus empregadores. Alguns parlamentares eleitos, muitos republicanos, travam árduas batalhas para reduzir as taxas de impostos das empresas e dos cidadãos mais ricos, ao mesmo tempo em que alertam sobre os perigos do aumento do salário mínimo. As empresas podem negar a um número crescente de funcionários um plano de saúde e aposentadoria necessários para a segurança financeira presente e futura. Os órgãos reguladores costumam focar as necessidades do setor privado em vez de se preocupar com a saúde, a segurança e o bem-estar

dos cidadãos comuns. E conforme a mudança tecnológica torna a mão de obra menos importante para o futuro do capitalismo, a desigualdade crônica de oportunidades se tornará uma fonte ainda maior de tensão política. A flexibilidade da economia dos EUA em resposta à pandemia sobrecarregou essas tendências e expôs grandes diferenças na rede de segurança social jamais vistas em outros países ricos.

Para agravar esses problemas, temos a crescente importância do dinheiro na política norte-americana. As campanhas políticas dos EUA ficaram mais caras desde os anos 1950, tornando as autoridades eleitas muito dependentes da boa vontade de pessoas e organizações dispostas a financiar suas carreiras. E essa tendência aumentou na última década quando uma decisão da Suprema Corte em 2010 liberou o investimento de quantias ilimitadas de dinheiro em eleições por empresas e grupos independentes. As eleições de 2020, para presidente e para as duas casas do Congresso, custaram cerca de US\$14 bilhões, que é mais que o dobro do recorde anterior estabelecido em 2016. Grande parte desse dinheiro vem de indivíduos e empresas abastados que esperam um retorno desse investimento — um retorno favorável para grandes empresas e indivíduos ricos, muitas vezes à custa de toda a nação.

MÍDIA DESACREDITADA

Pequenos doadores ainda são uma fonte crucial de dinheiro nas campanhas e, para convencer esses investidores, os políticos precisam atrair e manter a atenção do público. Para conseguir uma base sólida de seguidores nas redes sociais, os influenciadores aprenderam a se destacar na multidão, muitas vezes chocando os espectadores para tornarem seus conteúdos virais. Na política atual dos EUA, os candidatos agem da mesma maneira. Em busca de quantias cada vez maiores de dinheiro, necessárias para competir por poder e influência, fazem declarações ultrajantes e assumem posicionamentos extremos para ficarem sob os

holofotes. As tendências das mídias sociais lhes ensinaram que raiva atrai atenção, que atrai dinheiro, que atrai sucesso. A chamada guerra cultural da América começou muito antes do advento das redes sociais, mas essas novas ferramentas lhe proporcionaram uma nova energia e urgência.

De fato, nas últimas décadas, os norte-americanos perderam mais confiança na mídia tradicional do que em qualquer outra instituição. Hoje em dia, dezenas de milhões de norte-americanos recebem notícias nacionais e internacionais de fontes nas quais esperam confirmar a própria visão de mundo e inclinações políticas — e praticamente não há interação entre essas fontes de informação e aquelas procuradas por partidários com diferentes posicionamentos políticos. Apresentadores do canal de televisão MSNBC exibem aos espectadores de centro-esquerda notícias políticas sobre o último ultraje moral republicano e, em seguida, convocam os mesmos convidados da semana anterior para nos dizer como esses ultrajes são realmente ultrajantes. A Fox prega para um público conservador mais velho que quer acreditar que todo democrata é um perigoso extremista de esquerda. Essas mensagens verdadeiramente radicais vistas atualmente em canais de informação sensacionalistas e em plataformas como OANN, QAnon e 4chan começaram com a popularidade das inovadoras — cultural e comercialmente — conversas políticas pelo rádio e o crescimento dos noticiários da TV a cabo na década de 1980. Todas essas tendências começaram nos Estados Unidos. Na Europa, os órgãos reguladores valorizam mais a privacidade pessoal, há maiores restrições à liberdade de expressão e limites mais rígidos à influência das empresas de mídias sociais. No Japão, a grande mídia costuma ser menos politizada e os adultos passam pouco tempo nas redes sociais em comparação a norte-americanos e europeus.

Os algoritmos das redes sociais criaram um modelo de negócios impulsionado por dinheiro de publicidade, responsável por monetizar os dados pessoais dos cidadãos-consumidores. Como detalharei no Capítulo 4, isso adicionou bots online na corrente sanguínea da mídia

para moldar a opinião pública, às vezes por meio de desinformações chamativas e distorções da realidade — aumentando a receita publicitária —, enquanto os consumidores se habituem ao choque e à indignação online.

RAÇA: O PASSADO ESTÁ PRESENTE

Não há fontes de indignação com raízes mais profundas na vida norte-americana do que o racismo estrutural e os esforços determinados de alguns para fingir sua inexistência. Quem descarta a importância da raça na vida norte-americana argumenta que a escravidão, a segregação e outras formas de discriminação não têm relação com eventos atuais. Porém, parafraseando William Faulkner, o racismo institucional não está morto. Nem está no passado.

Como parte do New Deal, criado pelo presidente Franklin Roosevelt na década de 1930, a recém-criada *Federal Housing Authority* (Secretaria Federal de Habitação) instituiu um processo de delimitação de bairros, criando fronteiras para dividir os moradores por raça e aumentar a separação entre cidadãos brancos e negros, mesmo em comunidades onde a segregação era ilegal. A impossibilidade dos afro-americanos conseguirem financiamentos imobiliários em bairros demarcados os impediu de acumular patrimônio e economias que seriam herdadas por suas gerações futuras. A *Social Security Act* (Lei do Seguro Social) de 1935 não dava cobertura para agricultores ou trabalhadores domésticos, duas categorias de trabalho formadas em grande parte por afro-americanos, deixando-os sem seguro-desemprego ou aposentadoria. Os afro-americanos também foram excluídos da *GI Bill* (Lei de Reajustes dos Militares), criada para fornecer a outros veteranos educação, empréstimos com juros baixos e outros benefícios. Veteranos negros impossibilitados de obter diplomas tinham pouca esperança de construir

carreiras e poucos recursos financeiros a serem herdados por gerações futuras. Esses são alguns dos motivos pelos quais, apesar de toda a discussão sobre uma crescente classe média negra nos Estados Unidos, a renda média anual de uma família branca era de US\$171.000 em 2016 e de apenas US\$17.600 para uma família negra. A discriminação racial não se limitava apenas aos afro-americanos. Mulheres imigrantes de origem asiática não podiam votar até obterem a cidadania norte-americana, o que só aconteceu em 1952.

Apesar dessas desvantagens institucionalizadas, graças a alguns esforços como o movimento pelos direitos civis, ações afirmativas e um dos sistemas de imigração mais permissivos do mundo, foi possível criar oportunidades sem precedentes para pessoas não brancas. Os Estados Unidos são a única nação de maioria branca do mundo a eleger e reeleger um chefe negro de Estado. Além disso, a diversidade racial do país cresceu — há previsões de que a população dos EUA se tornará de maioria não branca em meados de 2045.

Porém, o Partido Republicano, agora financiado e apoiado majoritariamente por norte-americanos brancos, encontrou maneiras de reescrever a legislação eleitoral para conter o rumo da história. Leis municipais destinadas a dificultar o voto de cidadãos negros, uma tendência norte-americana com um longo histórico, continuam a ser aprovadas em dezenas de estados dos EUA. De modo geral, muitos afro-americanos são obrigados a provar a importância de suas vidas ao se depararem com injustiças todos os dias. Quando o crack devastou comunidades negras urbanas na década de 1980 e início dos anos 1990, muitos integrantes do governo e da mídia trataram o problema como uma onda de criminalidade. Quando o foco se voltou para os norte-americanos brancos viciados em opioides e outros medicamentos prescritos, a tendência foi tratada como tragédia. Norte-americanos brancos também não veem os assassinatos de negros suspeitos de pequenos delitos por policiais brancos da mesma forma que os negros veem. E à medida que

a raiva pela injustiça cresce de um lado, o ressentimento alimentado pela mídia partidária e a desinformação online impulsionam o lado político do outro.



Outros fatores também impulsionam a divisão e disfunção nos EUA, mas acredito que esses sejam os mais influentes e duradouros. E essas tendências — captação corporativa da política; influência dominante do dinheiro na política dos EUA; desigualdade financeira e de oportunidades criadas por tais fenômenos; poder da nova mídia cada vez mais engajada em comercializar suspeitas, pavor e raiva, além dos efeitos corrosivos de longo prazo do racismo institucionalizado — continuam todas em ritmo acelerado.

SOLUÇÕES

Democratas e republicanos podem mostrar ao povo norte-americano que compreendem as forças responsáveis por remodelar as economias em todos os lugares e podem garantir que todo trabalhador desse país tenha uma chance razoável de alcançar sucesso num mundo em constante mudança. Podem investir em um sistema de educação universal e vitalício, proporcionando o proveito da maior parcela possível de talento humano para construir a força de trabalho mais inovadora do mundo. Aceitar as mudanças do mercado de trabalho e criar benefícios flexíveis, saudáveis e focados na qualidade de vida para lucrar com a expansão contínua da economia com trabalhadores temporários. Responsabilizar as empresas donas de mídias sociais pelas desinformações e notícias falsas publicadas em suas plataformas. Os apoiadores corporativos e individuais do *Public Broadcast System* (Sistema de Transmissão Pública de Televisão) e da *National Public Radio* (Rádio Pública

Nacional) poderiam financiar redes sociais públicas apartidárias para fornecer outras fontes de informação com conteúdo fora da estrutura de competição do mercado de mídia tradicional. Concordar com um conjunto de regras para evitar as formas mais notórias de manipulação partidária dos dois lados. Testar a votação por classificação nas eleições municipais para minimizar a polarização extrema. Desafiar os políticos a falar com eleitores que não sejam seus apoiadores tradicionais. Experimentar várias formas de renda básica universal em algumas regiões, e ser honesto ao avaliar os resultados positivos e negativos.

Não sou ingênuo a ponto de acreditar que a maioria dos políticos norte-americanos apoiará qualquer uma dessas ideias, mas os cinquenta estados e governos municipais dos EUA sempre serviram como laboratórios da democracia. Algumas de suas invenções prejudicaram a democracia e a coesão nacional, mas outras fizeram a nação avançar. Estados como Califórnia, Flórida, Illinois e Massachusetts — com dois governadores republicanos e dois democratas, e um total de mais de 70 milhões de habitantes — estão prestes a conseguir um salário mínimo de US\$15 por hora nos próximos anos independentemente da posição do Congresso sobre esse assunto. A cidade de Nova York já atingiu esse feito. E a maior metrópole do país também realizou sua primeira eleição para prefeito usando a votação por classificação em 2021 — uma excelente referência para outros municípios e estados.

Lembremos também como o Obamacare, o plano para expandir a cobertura de saúde pública para milhões de norte-americanos, tornou-se mais popular após os democratas conseguirem votos para aprová-lo no Congresso, e o público ter visto os benefícios por conta própria.

De modo geral, as duas partes reconhecem o poder de apelar para as “famílias trabalhadoras”. Os democratas fazem apelos econômicos ao individualismo desse grupo enquanto os republicanos fazem apelos culturais à solidariedade comunitária. Mas ambas as partes compartilham o interesse em encontrar maneiras de fortalecer os Estados

Unidos fortalecendo os cidadãos da classe trabalhadora. Todos esses experimentos podem ajudar a atender às necessidades de todos os envolvidos. Além disso, democratas e republicanos devem aprender uma lição crucial ensinada pela desigualdade criada na globalização *laissez-faire* ou sem intervenção estatal: a política externa dos EUA não apenas deve atender às necessidades dos norte-americanos da classe trabalhadora, mas esses cidadãos também precisam ver e entender tais benefícios.

Os norte-americanos e a economia dos EUA se recuperaram melhor e mais rápido da pandemia do que outras economias industriais avançadas, principalmente graças à cultura empresarial do país; à regulamentação pró-negócios; ao aumento das despesas do governo; e à disposição de manter as taxas de juros baixas. O alívio imediato proporcionado por estímulos massivos convencerá pessoas poderosas e muitos norte-americanos comuns de que a crise acabou e a vida pode voltar ao normal. Infelizmente, esse sentimento de normalidade é o maior obstáculo à mudança enfrentada pela América nesse momento, pois o alívio permite complacência sem abordar nenhum dos maiores problemas descritos acima.

Em um país politicamente descentralizado como os Estados Unidos, governos estaduais e municipais, em parceria com líderes corporativos e filantrópicos com ideias semelhantes, podem fazer mais para ajudar os mais prejudicados pela pandemia e combinar uma cultura empresarial inovadora com uma cultura política mais inovadora. A disfunção política gera raiva em todos os lados e aumenta o risco de políticos populistas incompetentes, mais interessados em desmantelar o governo do que em consertá-lo, ganharem novos seguidores.



Enfrentar os desafios globais detalhados nos próximos capítulos exigirá liderança. Parte disso deve vir da única superpotência do mundo. A

política disfuncional dos Estados Unidos prejudica a capacidade da nação de fornecer liderança de duas maneiras. Primeiro, torna impossível sustentar um investimento de longo prazo em soluções para problemas complexos. O presidente Barack Obama comprometeu os Estados Unidos com um tratado nuclear com o Irã e com o acordo climático de Paris. Depois de eleito, Donald Trump cumpriu sua promessa de campanha de se retirar de ambos. Ele tirou o apoio dos EUA à Organização Mundial da Saúde durante a pior pandemia em cem anos. Quando Joe Biden foi eleito, ele restaurou os acordos da era Obama e reverteu a ordem de Trump referente à OMS. Caso Donald Trump, ou um aliado, seja eleito em 2024, essas decisões serão revertidas novamente. Durante a Guerra Fria, a maioria dos conservadores e dos liberais concordava que a União Soviética representava a principal ameaça à paz mundial e aos valores norte-americanos. Presidentes democratas e republicanos estavam comprometidos com uma estratégia consistente de contenção. Na política norte-americana atual, não há consenso sobre nada.

O segundo problema é que o primeiro problema não é nenhum segredo. Todo aliado e rival norte-americano sabe que o voto solene de hoje pode ser destruído amanhã. Democracias como Japão, Coreia do Sul, Índia e Austrália têm noção de que o compromisso da China com uma política externa cada vez mais assertiva é muito mais previsível que qualquer resposta de longo prazo dos EUA. Aliados da Europa e do Oriente Médio também compreendem essa situação. Como alguém pode esperar que os Estados Unidos combatam as constantes ameaças globais como doenças infecciosas, mudanças climáticas e novas tecnologias disruptivas quando outro mergulho de cabeça na ideologia “Estados Unidos em primeiro lugar” pode acontecer logo mais?

Assim como os líderes internacionais devem encontrar maneiras de cooperar nas questões mais importantes, mesmo enquanto competem em todos os outros assuntos, os conservadores e progressistas dos Estados Unidos devem aprender a cooperar o suficiente para renovar a força do país. Nenhum lado eliminará o outro. Ambos refletem correntes

profundas da vida norte-americana. Não precisam concordar em tudo. Mas precisam concordar em alguns assuntos importantes.

Um dos mais importantes é construir uma parceria pragmática com Pequim para evitar um confronto no estilo da Guerra Fria que os Estados Unidos, a China e o mundo não poderão suportar.

ROTA DE COLISÃO 2: AMÉRICA E CHINA

Um sorridente Xi Jinping acenou para agradecer os calorosos aplausos recebidos ao subir no palco para iniciar o discurso mais esperado do Fórum Econômico Mundial de 2017. Era a primeira aparição de um presidente chinês em Davos e a multidão, geralmente cansada, composta principalmente pela elite política e empresarial do mundo capitalista, estava ansiosa para ouvir o discurso de Xi. Nos minutos seguintes, ele nos disse que havia chegado a hora de a China mudar a história. Dois anos antes, Xi havia revelado seu “*Made in China 2025*”, um plano de supremacia global envolvendo IA, computação quântica, robótica e outros setores tecnológicos. Em 1990, o então líder Deng Xiaoping advertiu que a China seria sensata em “esconder sua força e aguardar a época certa”. Mas, naquela manhã de janeiro de 2017 em Davos, Xi deixou claro que a China estava farta de se esconder e esperar.

“Foi o melhor dos tempos. Foi o pior dos tempos”, disse Xi. A citação de Charles Dickens com certeza pretendia atrair a atenção dos ouvintes. Ele explicou por que a China foi sensata em seguir uma estratégia de desenvolvimento econômico estabelecida pelo Estado na qual as corporações chinesas eram mais importantes que as multinacionais. Mas as manchetes do evento foram sobre sua defesa contundente e enérgica do globalismo, a visão de que a interdependência entre as nações fortalece a todos nós. Ele condenou o populismo e o protecionismo, pontos ainda mais impressionantes ao levarmos em consideração

as entrelinhas: o outro grande evento daquela semana, ocorrido três dias depois, seria a posse do famoso antiglobalista Donald Trump.

Avance nove meses para outro palco e discurso de Xi, desta vez no 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. Nesse evento, ele foi mais longe ao detalhar sua visão para o futuro da China. Ele anunciou “uma nova era” para seu país e seu povo na qual a China pretendia se aproximar “do centro do palco” na política global. Apresentou a China como “uma nova opção para outros países”, uma alternativa à democracia ocidental, e delineou o que chamou de “solução chinesa” para os problemas mundiais.

Sob a liderança de Xi, a China passou de pressionar pela reforma do atual sistema internacional para ajudar na orientação dessa reforma, e, por fim, a fazer planos para liderá-la. Seus líderes têm a intenção de que a China domine o Leste Asiático, em parte reforçando o controle político em Hong Kong, pressionando Taiwan a parar de resistir à pressão de Pequim pela unificação com o continente e metodicamente construindo uma força militar no Mar da China Meridional.

Em todos os outros aspectos, Xi quer transformar a China em uma potência econômica indispensável, com toda a influência política que vem com essa função. Em 2016, a China criou o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) para investir em outros países. O país aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), uma enorme zona de livre comércio composta por várias nações. A Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) está construindo estradas, ferrovias, pontes e portos na Ásia, na África e na Europa. A BRI está criando novas oportunidades em dezenas de países para empresas e trabalhadores chineses e fortalecerá a influência da China nesses governos. A crescente influência de Pequim no comércio, investimento, crédito e nas cadeias de suprimentos está transformando a China no definidor de padrões mundiais em desenvolvimento de novas tecnologias.

A COVID-19 criou novas oportunidades para a China. Seu sistema político autoritário apoiado por vigilância e outros controles tecnológicos e sociais, além da intervenção direta do Estado na economia, fizeram da China a primeira a sair da recessão em 2020. À medida que a pandemia forçou ondas de inadimplência e falência de governos e empresas em países mais pobres, Pequim se viu com uma incrível possibilidade de comprar ativos subitamente mais baratos: terras agrícolas, combustíveis fósseis, minerais, recursos energéticos e infraestruturas como rodovias, pontes e portos. E, enquanto os norte-americanos discutiam sobre como medir e reagir à ameaça do coronavírus, e o direito do governo de impor bloqueios para contê-la, foi Pequim, não Washington, que ofereceu equipamentos, dinheiro e conselhos aos países mais afetados.

A maioria dos produtos fornecidos pela China era de péssima qualidade causando uma reação negativa principalmente na Europa. Além disso, os especialistas concordam que o vírus começou na China e as autoridades de lá pioraram muito as coisas para outros países ao ocultarem o verdadeiro tamanho da ameaça durante o período em que as infecções poderiam ter sido contidas.

Pode parecer que o crescente poder da China é o resultado inevitável da determinação do presidente Trump em retirar os EUA da liderança global. Porém, essa mudança começou há décadas, com a ascensão da China de uma nação pobre para uma potência econômica. Esse processo continuou com a decisão do presidente Carter de normalizar as relações políticas com Pequim em 1979 e aumentou com o esforço do presidente Bill Clinton para regularizar as relações econômicas com a China ao trazê-la para a Organização Mundial do Comércio em 2001. Porém, a notável consolidação de poder de Xi Jinping na China e suas grandes ambições para o papel central da nação no sistema internacional começaram em 2012 e aumentarão o ritmo quando o país se tornar a maior economia do mundo. Foi Xi Jinping, não um presidente

norte-americano, quem colocou as relações entre EUA e China em um caminho mais conflitante.

A China é a casa de 1,4 bilhão de pessoas e tem uma economia de renda média, um feito inigualável. Acrescente a capacidade do governo chinês de investir grandes quantias em projetos de construção — no próprio país e no exterior — alinhados às prioridades nacionais do Estado. Outro fato importante: apenas a China tem uma estratégia global de longo prazo que continuará em execução enquanto presidentes norte-americanos e líderes europeus entram e saem do comando. Nenhum de nós jamais viveu em um mundo onde a maior economia do mundo é governada por autoritários. Porém, estamos nos encaminhando para esse destino. E esse cenário coloca as duas nações mais poderosas do mundo — Estados Unidos e China — em rota de colisão.

Além da política de hoje, da economia do amanhã e de um risco crescente de novas formas de guerra — como se essas questões já não fossem muito complicadas — a relação entre EUA e China também é crucial para a paz e a prosperidade global de várias maneiras. Caso os governos mundiais cheguem a um acordo satisfatório sobre como enfrentar os desafios históricos descritos nos capítulos seguintes, será porque os líderes políticos dos Estados Unidos e da China, com o apoio de seus cidadãos, terão construído o que o antigo CEO do Google, Eric Schmidt, chamou de “rivalidade amigável”. Os dois terão encontrado algo em comum para cooperar e investir em um futuro seguro e próspero para ambos.

Os EUA e a China não se tornarão aliados tão cedo. Mas caso conseguirem se tornar parceiros no enfrentamento das ameaças globais à saúde humana, das mudanças climáticas e das novas tecnologias disruptivas, finalmente teremos a governança jamais proporcionada pela globalização. Os dois países terão criado a base para um novo sistema internacional usando as melhores ideias da Europa, do Japão, da Índia e de outras nações para construir um futuro próspero para todos nós.

Mas, por enquanto, a relação entre EUA e China está indo na direção oposta. Muitos em Washington, e em todo o país, veem a ascensão da China da mesma forma que seus avós viram o lançamento do Sputnik, o primeiro satélite artificial do mundo, pela União Soviética, como um mau presságio do declínio norte-americano e uma ameaça ao futuro do país. Muitos em Pequim, e em toda a China, veem a resistência dos EUA ao progresso chinês como uma tentativa desajeitada de proteger os privilégios ocidentais ao impedir o crescimento do país asiático, e estão determinados a superar essa resistência. A relação entre EUA e China está piorando e, enquanto os Estados Unidos são de longe a mais disfuncional e politicamente dividida das democracias avançadas do mundo, a China é de longe o mais coeso e funcional dos grandes regimes autoritários do mundo. Isso aumenta a dificuldade de melhorar as relações entre EUA e China nos termos norte-americanos e a urgência de evitar um confronto destrutivo e caro.

A ASCENSÃO DA CHINA

A ascensão da China, uma das realizações mais notáveis da história, tornou-se um dos fatos mais conhecidos do mundo e os números dessa jornada são surpreendentes. Entre 1990 e 2018, quando a participação dos EUA na economia global teve uma pequena queda de 26,4% para 23,9%, a participação da China cresceu de 1,6% para 15,8% conforme centenas de milhões de chineses saíram da pobreza e entravam na classe média.

Agora, a China comunista é líder mundial em comércio. Na geração passada, mais de 80% dos países do mundo negociavam mais com os EUA do que com a China. Em 2018, a China foi o maior parceiro comercial de 128 das 190 nações do mundo. Além disso, ela possui recursos valiosos dentro de suas fronteiras, incluindo imensas reservas de vários materiais estrategicamente valiosos, como minérios

raros, incluindo minerais usados na fabricação de armas e veículos. Sim, qualquer coisa multiplicada por 1,4 bilhão de pessoas resultará em um grande número, mas o sucesso da China não se trata apenas de quantidade; o país também se tornou especialista em inovações. Em 1999, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual recebeu 276 pedidos de patentes da China. Em 2019, esse número aumentou para quase 59 mil. A China também se tornou líder em assumir algumas responsabilidades internacionais que acompanham um grande poder. Desde 2012, o país contribuiu com mais tropas de manutenção da paz da ONU do que os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Rússia, os outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntos.

Centenas de outros números revelam a ascensão da China, uma fonte de profundo orgulho para seus cidadãos. Os líderes do país ganharam crédito com a população, não apenas porque o governo os alimenta com propaganda e domina o fluxo de informações dentro e fora do país, mas porque o partido comunista transformou a vida de centenas de milhões de chineses.

A ascensão contínua da China não é garantida. Xi Jinping consolidou mais poder dentro do sistema que qualquer líder desde Mao, em parte expurgando potenciais rivais. Porém, há uma desvantagem nesse cenário. Caso esse governo não consiga garantir uma prosperidade com um crescimento constante e não possa proteger o povo chinês das crises, será mais difícil culpar os outros. A raiva pública pode se tornar um problema. Será mais difícil de alcançar o crescimento econômico conforme a China se torna mais dependente da inovação e do progresso de um setor privado que Xi espera alinhar com as metas de desenvolvimento do Partido Comunista.

Será mais difícil conseguir um emprego, pois os salários crescentes tornam a China um destino nada atraente para a terceirização e ainda temos o aumento da automatização da produção. Muitas das maiores

empresas chinesas têm dívidas e Pequim nunca provou estar disposta a permitir inadimplências desestabilizadoras em curto prazo — tirando o emprego das pessoas e alienando investidores —, mas cruciais para a saúde financeira em longo prazo. Relações comerciais cada vez mais combativas com os Estados Unidos e algumas áreas da Europa também atrasarão a expansão da China. A nação precisará de uma rede de segurança social mais forte conforme a população envelhece: é esperado que a parcela da população com mais de 65 anos salte de 13,5% para quase o dobro até 2030. E o risco de uma crise financeira na China está aumentando à medida que a necessidade de sustentar bancos falidos e um setor imobiliário em dificuldades, injetando dinheiro em empresas estatais mal administradas, desencadeia uma onda de falências acompanhada por demissões que sobrecarregam ainda mais a rede de segurança. Tudo isso pode acontecer na próxima década.

Mas os líderes chineses gerenciam essas ameaças há décadas. Por enquanto, sua influência internacional provavelmente continuará a crescer, em parte porque mais pessoas ao redor do mundo não consideram mais o domínio global dos Estados Unidos como a melhor alternativa. Hoje em dia, poucos norte-americanos exigem que seus líderes eleitos lutem pela democracia e liberdade individual longe do território dos EUA. A maioria dos norte-americanos quer que o presidente Biden e o Congresso se concentrem em problemas nacionais como a recuperação econômica, o acesso à saúde, a criação de empregos, a política de armas, a educação, a segurança nas fronteiras, a proteção contra o terrorismo e as relações raciais.

Além disso, é mais difícil para Washington apoiar reformas democráticas em outros países quando as eleições nos EUA são um tema de intensa disputa. Como Washington pode condenar os abusos dos direitos humanos em outros países com casos frequentes de afro-americanos sendo brutalizados por policiais irresponsáveis e imigrantes sendo tratados como criminosos? Como os norte-americanos podem promover o livre comércio quando políticos dos dois principais partidos do